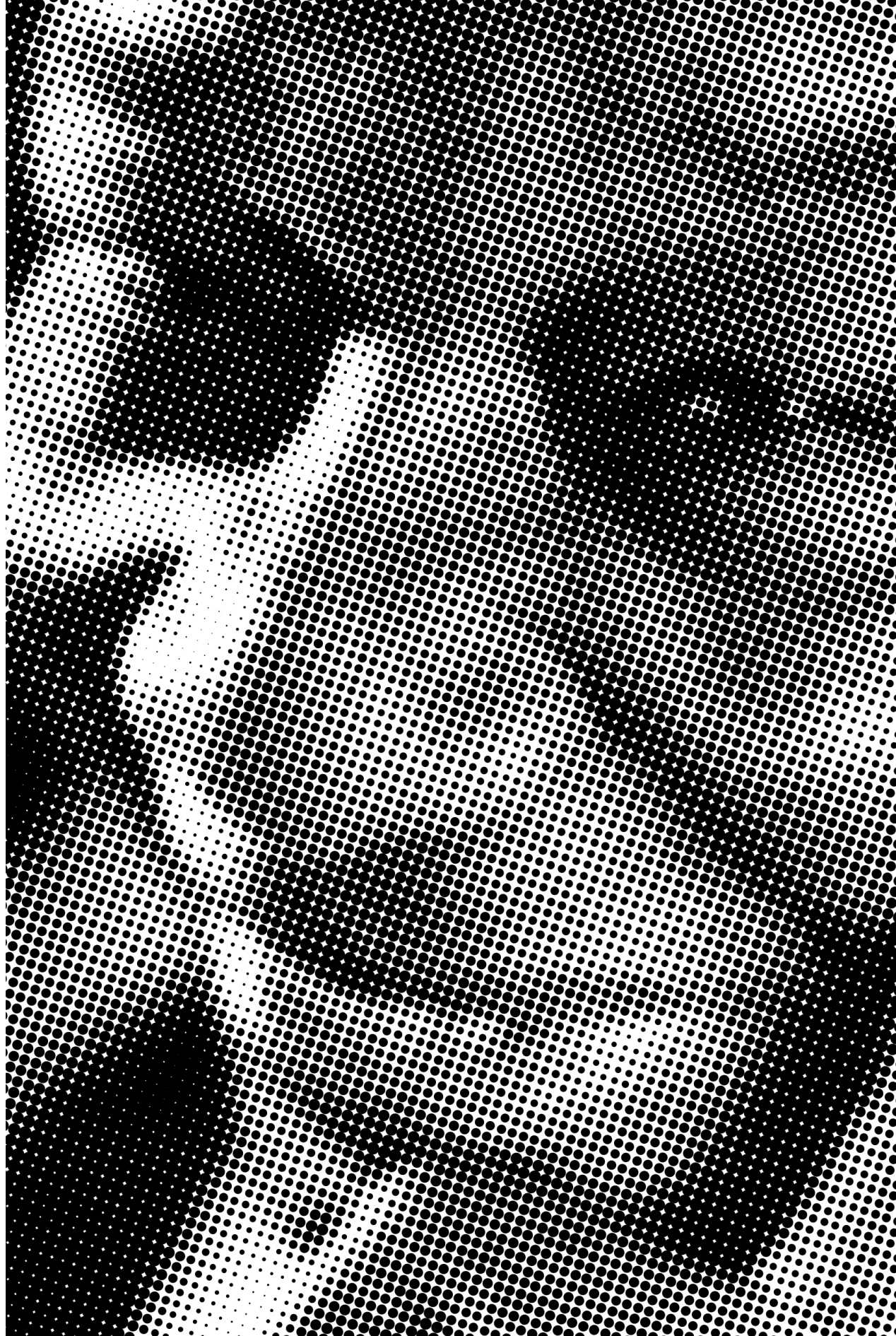




Resenhas



Epistemologia do espaço na obra de Milton Santos: breve panorama

Clarice Cassab
(Professora substituta do curso de Geografia da UFJF e doutora em Geografia)

Resumo

O texto tem como objetivo realizar um breve panorama da epistemologia do espaço na obra de Milton Santos. A intenção é percorrer parte da trajetória, empreendida pelo autor, na construção de seu conceito de espaço. O texto pretende ser uma revisão de literatura de parte da obra do autor. Entende-se que esse percurso permite uma compreensão da centralidade dada, pelo autor, ao conceito de espaço.

Abstract

The text has as objective to carry through a brief panorama of the epistemology of the space in the workmanship of Milton Santos. The intention is to cover part of the trajectory, undertaken for the author, in the construction of its concept of space.

Palavras-chave Espaço – Milton Santos – epistemologia.

Key words *Space – Milton Santos - epistemology*

claricecassab@yahoo.com.br

Introdução:

Espaço como sendo o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações é o conceito proposto pelo professor Milton Santos. Esse conceito se assenta na possibilidade de explicitar a ação como elemento fundante e fundamental do espaço, o que, por seu turno, permite aventar o sentido de projeto. Essa definição é resultante de uma longa trajetória de reflexão sobre o que, segundo o autor, é o objeto da Geografia. O texto pretende percorrer parte dessa trajetória buscando identificar os caminhos e nexos construídos pelo autor até a sua definição última de espaço. Cabe, contudo, a ressalva que este não pretende esgotar essa trajetória. Ao contrário, a intenção é produzir um texto que contribua para estimular o debate em torno desse conceito tão caro a Geografia.

A título de organização o trabalho está dividido em dois momentos. Num primeiro é apresentado, de maneira breve, parte da trajetória do autor na construção de seu conceito de espaço. Em seguida o conceito será trabalhado em suas partes apresentando quais os elementos (categorias e conceitos) que dialogam com o espaço miltoniano.

Panorama do conceito de espaço na obra de Milton Santos:

A preocupação do autor com esse que seria, a seu ver, o objeto da Geografia vem de longa data. Ao publicar sua obra *Pensando o espaço do homem*, o autor reforça o que seria uma das suas marcas na busca do método em Geografia – a compreensão do espaço como totalidade. O que significa que sua compreensão não pode partir da mera soma de suas partes. Seu pensamento funda-se na dialética e no entendimento da sociedade como totalidade. Sendo o espaço indissociável dela, o mesmo só poderia ser compreendido como totalidade. Mas, adverte, em obra posterior, a prática exigiria a possibilidade de dividi-lo em partes (SANTOS, 1992). É nesse sentido que, já em 1979, ele propunha interpretar o espaço a partir de quatro categorias de análise: forma, função, processo e estrutura. No entanto, como totalidade, o espaço não poderia ser analisado a partir dessas categorias, isoladamente.

Em *Metamorfose do espaço habitado*, o autor avança em sua trajetória para a construção de um corpo epistemológico para a Geografia. A partir da definição de paisagem, apresenta seu conceito de espaço, afirmando-o como sendo o “resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade” (SANTOS, 1991, p.73). Para Santos (1991, p.73), o espaço seria sociedade encaixada na paisagem, isto é, “a vida que palpita conjuntamente com a materialidade”.

Também nessa obra ele pensará o espaço através da relação entre fixos e fluxos, uma vez que esses seriam elementos componentes do espaço. Enquanto os fixos permitiriam a visão do processo imediato do trabalho, sendo “os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens”, os fluxos seriam o movimento, dando a nós a possibilidade de explicar os fenômenos de distribuição e consumo (SANTOS, 1991, p. 77).

Já nessas três obras o autor apresenta a técnica como elemento essencial em sua epistemologia do espaço e, conseqüentemente, como caminho possível para a explicação do espaço e sua periodização. A fase atual seria a do domínio do meio técnico-científico-informacional. Nele,

a brutalidade das transformações ocorridas na totalidade do mundo, no curso dos últimos trinta anos, impede-nos de pensar que o passado, embora próximo, seja ainda dominante. Trata-se de uma fase inteiramente nova da história da humanidade. Ciência, pesquisa pura e aplicada, tecnologia e *mass media* são, sem sombra de dúvida, os pilares do período tecnológico (SANTOS, 2004, p.16).

No período atual,

todos os espaços são espaços de produção e de consumo e a economia industrial (ou pós-industrial) ocupa praticamente todo o espaço produtivo, urbano ou rural. Por outro lado, atingindo um patamar da divisão internacional do trabalho, todos os lugares dela participam, seja pela produção, seja pelo consumo (SANTOS, 1992, p.40).

Com seu livro *Técnica, espaço, tempo*, Milton Santos celebra definitivamente a técnica como parte central de sua epistemologia do espaço, na medida em que a afirma como condição essencial para a explicação da história e, conseqüentemente, “um dado explicativo do espaço” (SANTOS, 1994, p.61). É também nesse livro que elabora o espaço como sistemas de objetos e sistemas de ações.

Em 1996, publica *A natureza do espaço*. Livro síntese de sua trajetória acerca da epistemologia do espaço e da própria Geografia, o autor empreende um esforço teórico-metodológico para a construção de um conjunto de conceitos a partir dos quais a Geografia operaria. Nessa obra, retoma e reforça antigos temas: totalidade, técnica, tempo (rápido e lento) e sistemas de objetos e ações, bem como apresenta outros: horizontalidades e verticalidades, zonas opacas e zonas luminosas etc.

O conceito de espaço miltoniano

Como dito, para Santos, o espaço somente pode ser visto como totalidade, já que este é instância da sociedade. É nesse sentido que o autor propõe o uso da categoria formação socioespacial como maneira de explicitar a indivisibilidade dessas duas categorias – sociedade e espaço. O espaço, portanto,

reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 2005, p.33).

Santos afirma a importância de compreender a totalidade indo além da soma das partes, pois o todo é sempre maior do que suas partes, que, vistas isoladamente, não o explicam. Assim, uma análise que busque compreender o espaço como totalidade não pode partir da mera decomposição do espaço em partes (o homem, o meio ecológico, as instituições, as firmas, as infra-estruturas); deve saber que é a totalidade que explica as partes e que cada subsistema compõe e é composto pela totalidade. Sendo, portanto, a totalidade a “realidade em sua integralidade”. Ou ainda, em seu diálogo com Merleau-Ponty, a totalidade somente seria alcançada através da junção das visões parciais do olhar, unindo o que “os olhos dispersam na natureza”. Daí pressupor o movimento, a ação do homem.

O autor afirma a complexificação da totalidade à medida que o processo histórico avança. Contudo, essa complexificação pressupõe a existência de uma ordem. Assim, o Universo, dotado de uma ordem, deve ser compreendido como um “todo estruturado do qual nos incumbe descobrir suas leis e estruturas internas” (SANTOS, 1996, p.94). Essa ordem a ser buscada, aproximando-se das elaborações de Kosik, seria a ordem que as coisas, elas mesmas, teriam (SANTOS, 1996). Ou ainda, conhecê-las em sua essência.

Mas se o espaço é visto como totalidade, esta somente seria passível de ser conhecida através do reconhecimento e análise das partes. Estas, por sua vez, e num movimento dialético, somente seriam notadas através do conhecimento do todo. A verdade total seria o resultado do “movimento conjunto do todo e das partes através do processo de totalização” (SANTOS, 1996, p.97). A idéia de movimento coloca-se presente e surpreendê-lo é observar a divisão da totalidade.

É nesse sentido que, em seus livros *Pensando o espaço do homem* e *Espaço e método*, o autor propõe as quatro categorias de análise do espaço: forma, função, estrutura e processo. A forma, entendida como aparência, o que é externo, o aspecto visível de uma coisa, bem como o arranjo ordenado de objetos. A função, como tarefa ou atividade desempenhada por uma forma. A estrutura “implica a inter-relação de todas as partes de um todo” e o processo refere-se a “uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer” (SANTOS, 1992, p.50). No entanto, ressalta a importância de tomar essas categorias de forma relacional já que, isoladamente, eles revelariam apenas realidades parciais. É nesse sentido que

forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. A descrição não pode negligenciar nenhum dos componentes de uma situação. Só se pode compreender plenamente cada um deles na medida em que funciona no interior da estrutura total, e esta, na qualidade de uma complexa rede de interações, é maior que a mera composição das partes (SANTOS, 1992, p.52).

É a partir dessa concepção que o autor proporá como percurso metodológico a contextualização espacial dos fenômenos a partir da compreensão das ações realizadas local, nacional e globalmente. Ou seja, o lugar é atravessado por ações, processos, tempos que são globais, assim como o global se concretiza no lugar. Daí a ênfase numa leitura multiescalar e da importância de compreender que o lugar, embora seja singularidade, “não reúne características autônomas em relação à totalidade do sistema de objetos e ações que compõem o espaço” (VASCONCELOS, 2006, p.61).

Essa totalidade que se realiza na relação entre forma, função, processo e estrutura é dialética e concreta e está sempre em movimento. Concebida como um todo de “essências”, a totalidade é prenhe de latências, de um conjunto de possibilidades que não se realizam até que sejam chamadas para tal através da ação.

Assim Santos (1996) afirmava, em aula magna realizada na UFRGS:

A sociedade seria essência, um conjunto de possibilidades que ficam pairando e que são colhidas pelos diversos indivíduos, pelas diversas empresas, pelas diversas instituições e que se realizam no território, tornando-se existentes. A sociedade é apenas o ser, o existir vem do espaço.

Mas, além da essência, a totalidade também é pensada como “existência”, que, por sua vez, seria “uma técnica em funcionamento, um objeto operacionalizado, uma ação historicizada e geografizada, uma norma em vigor como resultado de um jogo de forças possível, em um dado momento e lugar” (SANTOS, 1996, p. 99).

Lembra ainda o autor que essa totalidade é seletiva e apenas algumas das suas possibilidades se tornam realidade. Os impactos do todo se distribuem ordenadamente no espaço por meio de suas partes e produzem “combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular” (SANTOS, 1996, p.100). O que significa dizer que o todo se manifesta de maneira diferenciada para cada lugar.

Assim, a forma, transformada em forma-conteúdo¹ pela ação, contém o todo e está contida no todo, sendo capaz de influenciar o desenvolvimento da própria totalidade. Essa dialética concreta entre o todo e as partes, ou entre o global e o lugar, afirma, portanto, a existência histórica na complexidade de suas tensões e contradições. E, ainda para o autor, permite compreender o espaço não apenas como receptáculo da história, mas também como condição para a sua realização. Já que o espaço condiciona e é condicionado por essa totalidade, sendo ele mesmo uma totalidade.

Objetos e ações compõem outras importantes categorias de sua teoria do espaço. Assim como forma, estrutura e função, aqueles devem ser entendidos em sua relação indissociável. Dialogando com outros autores, Santos (1996) apresenta alguns dos elementos definidores dos conceitos de objeto e ação.

O autor parte da distinção entre coisa e objeto, sendo este produto da ação do homem e a coisa, elaboração natural. Feita essa separação, afirma o autor que se no início – no período que ele identifica como o do meio natural – as coisas eram dominantes no mundo, hoje, cada vez mais, tudo tende a ser objeto. Isso porque são poucas as coisas que ainda não sofreram intervenção do homem ou foram por ele utilizadas e “assim, a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais coisas” (SANTOS, 1996, p.53).

Sendo o objeto resultado da ação do homem, além de cumprir uma utilidade direta, ele também se constituiria como símbolo, seja de status, de independência etc. Outro elemento que Santos (1996) destaca, e que ganha centralidade no seu conceito de espaço, é que os objetos devem ser vistos como um sistema. Ou seja, poucos objetos são oferecidos ou funcionam sós. O aparelho de celular não teria utilidade (material e simbólica) se associado a ele não houvesse a antena de transmissão, o satélite, computadores etc., que de forma articulada trabalham para colocar aquele objeto – celular – para funcionar.

As ações, por sua vez, se constituiriam um comportamento orientado para se chegar a determinados fins e objetivos. Costa (2005), em artigo, propõe a distinção entre três níveis de ação: ação autônoma, ação volicional e ação racionada. A primeira não dependeria da mente consciente, mas seria resultante de “um esforço neuromuscular automático ou reflexo”. A segunda seria resultado apenas de causa volitivo-intencional. Ou seja, resultante de uma vontade e de uma intenção conscientes, mas sem que seja necessário nenhum grande raciocínio ou cálculo deliberativo (fechar a porta ao sair de casa, parar ao sinal vermelho etc.). Por fim, a ação racionada

precisa ser intencionalmente e portanto teleologicamente originada *à luz* do processo de deliberação racional porque queremos garantir não só que o raciocínio causa o movimento corporal e, possivelmente, o efeito intencionado, mas que ele o causa adequadamente. E a única maneira pela qual o raciocínio pode fazer isso é indiretamente, através do querer e de um esforço da vontade de natureza inerentemente intencional (COSTA, 2005, p.90).

Esse tipo de ação, portanto, distingue-se fundamentalmente das demais pela existência de um projeto que, por sua vez, pressupõe o conhecimento prévio do quê e como fazer, bem como da ordem das etapas a serem cumpridas para se atingir o fim previsto. É nesse sentido que Santos (1996) concebe a ação: como algo que se coloca em movimento no espaço, orientada por um fim e a partir de uma intencionalidade e de um projeto.

Ribeiro (2003), analisando a obra de Milton Santos, destaca a centralidade que nela têm a articulação e a oposição entre técnica e ação. Seria a indissociabilidade entre elas o elemento, que na obra

do autor, afirma a intrínseca relação entre tempo-espaço e forma-conteúdo. É dessa forma que se estabelece a relação entre a tecnosfera – resultante da crescente artificialização do meio ambiente – e a psicosfera – resultante das vontades, desejos, hábitos e crenças, o elemento que garante a junção de tempo-espaço.

Para Santos (1994), tempo, espaço e mundo devem ser pensados em termos de sistema, pois sendo a sociedade realizando-se o ponto de partida, essa realização se dá sobre base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso, a materialidade e suas formas e as ações e suas feições. A técnica, ou melhor, o sistema de técnicas, seria o elemento capaz de empiricizar o espaço, sendo o traço de união entre tempo e espaço. No entanto, adverte, “a vida não é um produto da Técnica, mas da Política, a ação que dá sentido à materialidade” (SANTOS, 1994, p. 36), e o homem detém o monopólio da ação, pois só ele teria objetivo e finalidade.

A ação do homem é um processo dotado de propósito e direciona-se não apenas para a mudança de alguma coisa – criando objetos ou transformando-os –, mas também para a mudança do próprio homem. No entanto, ressalta o autor que, no tempo atual, cada vez mais os sistemas de objetos são artificiais e as ações são estranhas aos homens e ao lugar, pois “de um ponto de vista do lugar e seus habitantes, a remodelação espacial se constrói a partir de uma vontade distante e estranha, mas que se impõe à consciência dos que vão praticar essa vontade” (SANTOS, 1994, p.100).

Para o autor, há hoje uma nítida hierarquia entre os objetos tecnicamente mais avançados e os que não são. Mesma tensão se daria entre ações hegemônicas e não hegemônicas. A primeira seria realizada por aqueles que o autor chama de “decididores”. Esse ator tem a capacidade de não apenas escolher o que será difundido como também de decidir a ação que se vai realizar para sua difusão. O homem comum é o ator das ações não hegemônicas, as quais são limitadas, sendo, freqüentemente, apenas o veículo e não o motor da ação (SANTOS, 1996). Esse homem comum tem suas escolhas restritas tanto pela limitação da consciência, pela dificuldade de “distinguir o bom do mau”, quanto pelas limitações à própria ação. Mesmo considerando que esse homem seja dotado de “um quinhão de consciência” sabe-se que as ações que lhe são possíveis são quase nulas.

O espaço seria composto pelo conjunto inseparável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, considerados como “um quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p.51). A interação entre ambos os sistemas se dá na medida em que os sistemas de objetos condicionam e são condicionados pelas ações. Essa relação se dá tanto contraditória quanto solidariamente. Afirma Arroyo (1996):

Os objetos são produto do processo social e as ações são processo social, ambos plenamente históricos e, portanto, em permanente transformação. Entretanto, nem um nem outro podem ser considerados em si mesmos, isoladamente, como se fossem autônomos. Pelo contrário, devem ser compreendidos como uma totalidade, as ações realizando-se por meio dos objetos e os objetos sendo realizados com base nas ações, num mesmo movimento. Longe de ser linear ou mecânico, esse movimento é complexo, cheio de contradições, conflitos, contingências e incertezas. São múltiplas as determinações e mediações que podem intervir no permanente processo de totalização em que o movimento do real se envolve (ARROYO, 1996, p.56).

É dessa indissolubilidade que o autor partirá para afirmar o caráter de síntese do espaço. Esse caráter, contudo, não tem o sentido com que comumente foi tratado na Geografia – como síntese de homem e natureza. Ao contrário, para Santos (1996), o espaço se caracteriza por ser híbrido, ou

seja, pela inseparabilidade entre o natural e o artificial. O espaço seria a síntese, permanentemente provisória, entre o conteúdo social e as formas sociais. Assim, o espaço seria a forma e a vida que a anima, um conjunto de valores sempre em mutação. Daí a impossibilidade de se pensar o espaço desassociado da sociedade. Não existe espaço sem homem, pois

é a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhe um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente. Tudo o que não retira sua significação desse comércio com o homem é incapaz de um movimento próprio, não pode participar de nenhum movimento contraditório, de nenhuma dialética (SANTOS, 1996, p.88).

O espaço é também o encontro entre passado e futuro, mas é, antes de tudo, presente, pois são as relações sociais do presente que cristalizam e/ou substituem os momentos e ações passadas, bem como projetam o futuro.

Sendo híbrido, síntese, presente, conjunto de sistemas de ações e objetos, o espaço também seria uma noção que necessita constantemente de revisão histórica. Sua única permanência seria ser ele o quadro da vida, daí seu entendimento ser essencial para não se perder o “sentido da existência individual e coletiva”, bem como afastar o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 1994b, p.15).

Entendido pelo autor como a união dos sistemas naturais e históricos materiais, o espaço, como visto, seria formado pelo “conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial e mais o seu uso ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política” (SANTOS, 1999, p.5). Nesse espaço se abrigam todos os homens, instituições e organizações, onde tudo está contemplado e onde se realizam os diversos e diferentes fluxos. Assim sintetiza Arroyo (1996):

Na busca por decifrar a multidimensionalidade do real, Santos retoma a noção de espaço banal já que, ao ser o espaço de *todos*, *todo* o espaço exige incluir na análise todos os atores e todas as dimensões do acontecer, todas as determinações da totalidade social. Dessa maneira, o estudo do espaço geográfico, banal em qualquer escala, permitiria uma empirização da complexidade (ARROYO, 1996, p.58).

Essa é a idéia de espaço banal. Seu sentido remete à idéia de um espaço onde tudo e todos são contemplados, sendo nele que se realiza a vida coletiva, onde todos, ricos e pobres, os que mandam e os que não mandam, poderosos e não poderosos, estão. A força desse conceito está na afirmação de que todos estão no espaço e que a ele pertencem. Portanto, os sistemas de objetos e de ações que compõem o espaço são resultantes da vida coletiva, ou seja, de todos. Em *O Retorno do território*, Milton Santos afirma a necessidade de contrapor esse conceito ao de rede, pois “além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns” (SANTOS, 1994b, p. 139). A esse conceito de espaço banal, retrabalhado do conceito de Perroux, Milton Santos associa as noções de horizontalidade e verticalidade.

A horizontalidade é o fundamento do cotidiano de todos os sujeitos, sendo possível a vivência da política. Nas horizontalidades é possível a ampliação da coesão da sociedade no sentido do interesse coletivo. Nela o cotidiano territorialmente partilhado cria suas próprias normas “fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária” (SANTOS, 1996, p.55).

A verticalidade reúne áreas e pontos distantes a serviço dos atores hegemônicos, na maioria das vezes, localizados distante. São “os vetores da integração hierárquica regulada” (SANTOS, 1996, p.54), que se realizam através de ordens técnicas, políticas e financeiras a partir de um comando. Na verticalidade, portanto, “os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical (...) está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas” (SANTOS, 1996b, p. 227). O autor sintetiza em entrevista:

Perroux (...) dizia que o espaço dos geógrafos era o espaço banal, onde tudo estava contemplado, não apenas os fluxos econômicos. Banal no sentido de que é neste espaço que se realiza a vida coletiva, onde os que mandam e os que não mandam, os poderosos e os não poderosos estão presentes. É isso que hoje defino como horizontalidade. Agora, a idéia da verticalidade vem desses vetores que se instalam nos lugares e que pouco se importam com o que está em seu entorno. É o que corresponde, sobretudo, às ações das empresas globais. A horizontalidade é o resultado da vizinhança, da coabitação, da coexistência do diverso, que é objeto do geógrafo. Só que as verticalidades perturbam as horizontalidades, embora as horizontalidades também perturbem as verticalidades, porque as primeiras visam a eficácia e agem com este sentido sobre as segundas” (SANTOS, 2000, p.53).

Verticalidades e horizontalidades estão em constante embate, o que, segundo Santos, dá forma ao jogo entre o local e o global. Para o autor, no período atual, mundo e lugar teriam se transformado num par indissociável. Mas o lugar é tangível e é ele que recebe os impactos do mundo.

É no lugar que se encontram essas duas forças, como também é nele que ocorre o “encontro entre possibilidades latentes e oportunidades preexistentes ou criadas” (SANTOS, 1994, p.44). No lugar ocorre a convivência e a interação; é ele o próprio espaço banal que cria distintas solidariedades e interdependências.

Contudo, ressalva, esses encontros expressam permanente tensão, o que resulta é que as possibilidades que o mundo apresenta são usadas distintivamente segundo os lugares. Explica Souza (2005):

O lugar é controlado remotamente pelo mundo. No lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo, da troca de informação, logo, da construção política. Trata-se, portanto, de pensar sobre uma nova ordem mundial que relaciona o global e o local. A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema, característica essencial do período técnico, científico e informacional, produtor de verticalidades. Já a ordem local diz respeito a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e, como território, regidos pela interação, pela contigüidade, que Milton vai também denominar de horizontalidades (SOUZA, 2005, p.251).

É partindo de sua construção sobre o papel e importância do lugar que Santos propõe a categoria de território usado. A importância dessa noção funda-se na certeza que o autor tem da necessidade de se tratar, de forma interdependente, “o papel atribuído à geografia e a possibilidade de uma intervenção válida dos geógrafos no processo de transformação da sociedade” (SANTOS, 2000b, p.1). Ou seja, compreender o caráter de sua obra como sendo resultante da produção de uma teoria social, com base na Geografia, que permita aprofundar o entendimento sobre o mundo para poder transformá-lo é o ponto de partida para a compreensão do conceito de território usado.

Para Santos (2000), é preciso considerar os atores que vivem e utilizam o espaço. Dessa afirmação o autor forja o conceito de território usado entendido como “um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS, 2000b, p.2). O conceito de território usado permitiria pensar as relações existentes entre o lugar, a formação sócio-espacial e o mundo, sendo tanto resultado do “processo histórico quanto da base material e social das novas ações humanas” (SANTOS, 2000b, p.1).

Souza (2005) afirma que em Milton Santos o território usado se constitui como categoria essencial para a elaboração sobre o futuro, já que “o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares” e o lugar seria o espaço do acontecer solidário. No pensamento de Santos o lugar tem centralidade, já que é nele que, como visto, se concretiza o mundo, se recebe seus impactos e se empiriciza. É também o lugar onde “reside a única possibilidade real e efetiva da comunicação, logo, da troca de informação, logo, da construção política” (SOUZA, 2005, p.253).

Considerações finais

Definir espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ação é afirmar a indissociabilidade entre a técnica e a política, entre sociedade e espaço, entre homem e meio. Relação tão cara a geografia ao longo de sua história. Este conceito de espaço traz em seu bojo a possibilidade de pensar a ação e o futuro. Daí sua grande riqueza.

É dessa forma que se entende que reconstruir parte do caminho percorrido pelo autor é um fértil exercício no sentido de buscar compreender o movimento epistemológico da construção de seu conceito de espaço. Este foi o intuito do texto, ser uma revisão de literatura no que concerne ao conceito de espaço do autor. Além disso, admite-se que percorrer essa trajetória, analisando os elementos construtores de seu conceito de espaço ajuda a entender com mais clareza o sentido e a centralidade dados a esse conceito no interior da Geografia.

Contudo, apesar da importância das reflexões propostas pelo autor é preciso frisar que, ao trabalhar esse conceito, não se pretendeu tratá-lo como insuperável. Reconhecer a importância do autor para a compreensão do espaço não significa fechá-lo ao debate crítico. Esse conceito, assim como toda a obra do autor, está aberto ao debate e é isso que o torna, de fato, um conceito rico. Neste sentido este foi apenas um primeiro passo.

Referências bibliográficas:

- ARROYO, M. M. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar, cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). *Ensaio de Geografia Contemporânea. Milton Santos, uma obra revisitada*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 55-62.
- COSTA, Claudio F. Três níveis de ação. *Etbio@*, v.4, n.1. Florianópolis: 2005, pp. 83-93.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de. & SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1994b.
- SANTOS, Milton. *Pobres urbana*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- _____. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1992.
- _____. *O Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1993.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, HUCITEC, 1996b.
- _____. Guerra dos lugares. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 8/8/1999.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- _____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, M. et al. *O papel ativo da Geografia. Um manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis: LABOPLAN-FFLCH/USP, 2000b.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Milton Santos, um revolucionário. In: *OSAL*, ano 6, n. 16, 2005.
- UFRGS. Geógrafo, filósofo, revolucionário e brasileiro. Milton Santos na UFRGS. In: *UFRGS. Jornal da universidade*, ano IV, n. 41. Porto Alegre: 2001.
- VASCONCELOS, André Ferreira. Elementos para uma discussão metodológica no campo da geografia: da neutralidade científica à produção contextualizada do conhecimento. *Expressões geográficas*, n. 2. Florianópolis: 2006, pp. 01-09.
- RIBEIRO, A. C.T. Pequenas reflexões sobre as categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.